



1/2025 PPC - Consulta Prévia Fornecimento de Viaturas

Elétricas

Convite



Índice

Artigo 1º Identificação do Procedimento.....	- 3 -
Artigo 2º Entidade Adjudicante	- 3 -
Artigo 3º Órgão que tomou a decisão de contratar	- 3 -
Artigo 4º Fundamentação da escolha da consulta prévia	- 3 -
Artigo 5º Órgão competente para prestar os esclarecimentos	- 3 -
Artigo 6º Preço base	- 4 -
Artigo 7º Documentos que constituem a proposta.....	- 4 -
Artigo 8º Propostas variantes	- 6 -
Artigo 9º Prazo e local para apresentação das propostas.....	- 6 -
Artigo 10º Critério de adjudicação	- 7 -
Artigo 11º Negociações.....	- 7 -
Artigo 12º Caução.....	- 7 -
Artigo 13º Documento de habilitação a apresentar pelo adjudicatário.....	- 8 -
Artigo 14º Prazo para apresentação dos documentos de habilitação	- 8 -
Artigo 15º Prazo de manutenção da proposta.....	- 8 -
Artigo 16º Despesas e encargos para celebração do contrato	- 8 -
Artigo 17º Legislação aplicável	- 9 -
ANEXOS	-10 -



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

Artigo 1º

Identificação do Procedimento

O presente procedimento de Consulta Prévia tem por objeto o fornecimento de Veículos Automóvel Elétricos.

Artigo 2º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia da Calheta, sita na Estrada Simão Gonçalves da Câmara (ER 224) nº 91, 9370-139 Calheta, Telefone nº 291 822 776, Fax nº 291 822 986 e correio eletrónico geral@scmcalheta.pt e Plataforma eletrónica www.acingov.pt.

Artigo 3º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Mesa Administrativa na sua reunião de **06 de Fevereiro de 2025**, no uso das competências que lhe são conferidas pelo disposto do artigo 28 do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Calheta.

Artigo 4º

Fundamentação da escolha da Consulta Prévia

A escolha da Consulta Prévia seguiu o critério do valor definido no artigo 20.º n.º 1 alínea c) do Código dos contratos públicos e Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro (CCP), adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional 34/2008/M de 14 de Agosto, na sua versão atual.

Artigo 5º

Órgão competente para prestar os esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri e devem ser solicitados por escrito,



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

através da ferramenta de esclarecimentos e comunicações do procedimento, na plataforma Acingov.

2. O prazo para o pedido de esclarecimentos ao Júri é feito nos termos do artigo 50 do Código dos contratos Públicos, que os prestará nos termos do mesmo artigo, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt

Artigo 6º Preço base

1 - O valor máximo total que a entidade adjudicante aceita pagar é de **85.500,00€ (Oitenta e cinco mil e quinhentos euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor.**

1.1 - **O preço base do lote 1** – 2 Viatura ligeira de Mercadorias de 2/3 lugares
60.000,00 € (sessenta mil euros);

1.2 - **O preço base do lote 2** – 1 Viatura Ligeira de Passageiros de 5 lugares é
de **25.500,00 €** (vinte e cinco mil e quinhentos euros);

2. O fundamento do preço base resulta de acordo com os termos do n.º 3 do artigo 47º do CCP, Resulta da consulta informal ao mercado nomeadamente nos termos do artigo 35 A do CCP, designadamente através de solicitações de informações de preço, orçamentos para fornecimento das viaturas acima identificadas. (Art.35.-A) conforme propostas de orçamentos apresentados por diversas empresas.

Artigo 7º Documentos que constituem a proposta

1 – A proposta será instruída com os seguintes documentos:

- a. Declaração emitida conforme modelo Anexo I;
- b. Preço total e preço unitário, que não deve incluir o IVA conforme modelo de anexo A junto ao Caderno de Encargos;
- c. Declaração vinculando o concorrente ao cumprimento das características do caderno de encargos e prazo;



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

- d. Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço seja igual ou inferior a 50% do preço base referido no artigo 6.º.»;
- e. Catálogo das viaturas com a descrição da mesma e das suas características;
- f. Manual com a descrição das mesmas;
- g. Manual da oficina onde os veículos irão ser reparados;

2 - Todos os documentos colocados na plataforma têm que ter uma assinatura digital qualificada sob pena de exclusão conforme exigido por Lei.

3 - Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada própria ou dos representantes legais. A aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos ou ficheiros eletrónicos da proposta, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil e do artigo 3.º n.º 2 do Decreto-Lei N.º 290-D/99, de 2 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei N.º 88/2009, de 9 de abril, sob pena de exclusão da proposta, nos termos do artigo 146.º n.º 2 alínea I), aplicável por força do artigo 122.º n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.

4 - Em cumprimento do disposto no artigo 54.º n.º 7 da Lei N.º 96/2015, de 17 de agosto, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura (por exemplo, caso o documento seja assinado com assinatura digital qualificada do cartão de cidadão), deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente ou outro documento que considere suficiente para o efeito).

Atenção: Nos casos em que a sociedade se obrigue com a assinatura conjunta de vários administradores ou gerentes, os documentos da proposta devem ser assinado por todos eles. No caso de a proposta ser assinada apenas por um administrador ou gerente, o concorrente deve juntar procuração, mandato ou documento que lhe confira poderes suficientes para vincular a sociedade.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

5 - Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, nomeadamente, certidões, certificados ou atestados devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do operador económico que os submetam.

6 - Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do operador económico que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.

7 - Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente de processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem.

8 - Quando seja solicitado pelo Júri, os concorrentes devem apresentar uma amostra dos referidos bens para verificação da conformidade do produto indicado na proposta do concorrente com as especificações técnicas fixadas no Caderno de Encargos.

9 - Caso se verifique que o produto enviado como amostra não cumpre com as especificações técnicas fixadas no Caderno de Encargos, a proposta deve ser excluída.

Artigo 8º Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

Artigo 9º Prazo e local para apresentação das propostas

As propostas serão entregues até 17h00 do dia **17 de Fevereiro de 2025** na Plataforma eletrónica www.acingov.pt.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

Artigo 10º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinado pelo critério do mais baixo preço, no estrito cumprimento pelo estabelecido na alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º, do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual.
2. Conforme consta na lista de artigos, os bens que a Santa Casa da Misericórdia da Calheta se propõe adquirir estão agrupados em dois lotes, podendo cada concorrente apresentar proposta para todos, para alguns ou para apenas um lote.
3. O concorrente que se candidate a qualquer dos lotes está obrigado a apresentar o preço unitário e o preço total para todos os itens do mesmo lote, sob pena de a sua proposta ser excluída caso não responda a um dos itens.
4. Adjudicação será feita por lotes individualmente, segundo o critério do mais baixo preço total de cada lote, sendo adjudicado a cada concorrente o lote ou os lotes para que apresente o preço mais baixo.
5. No Caso de “o mais baixo preço” ser comum a mais de uma proposta, será efetuado um sorteio bola preta/bola branca entre as empresas com o preço mais baixo.
6. As empresas são notificadas via plataforma com antecedência de 5 (dias) úteis para comparecerem se assim o entenderem para o ato do sorteio que se realizará na sede da entidade adjudicante.

Artigo 11º

Negociações

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 12º

Caução

Não será exigível a prestação de caução.



Artigo 13º

Documento de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do CCP.
2. Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do art.º 55.º do CCP – Certidão de Registo Criminal dos gerentes.
3. Cópia da certidão das Finanças e Segurança Social em como não é devedor por contribuições e impostos e regularizada a sua situação contributiva ao Estado Português.
4. Cópia da certidão do registo comercial, sendo sociedade.

Artigo 14º

Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação no prazo máximo de 5 dias após a notificação da adjudicação.

Artigo 15º

Prazos de Manutenção da proposta

Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 16º

Despesas e encargos para celebração do contrato

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante.



Artigo 17º

Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de Janeiro), e restante legislação aplicável.



ANEXO I - Modelo de declaração

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) nº.1 do Art.º 57.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro)

1., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)

b)

3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra que não se encontra em nenhuma das situações previstas no número 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (18)]



Anexo II - Declaração artigo 81.º do CCP

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra em nenhuma das situações previstas no número do artigo 55 do Código dos Contratos Públicos.

2. O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (11)].



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

ANEXO III

Modelo de declaração

(caso aplicável)

(a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação)

(não dispensa a verificação da conformidade legal)

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, que a sua representada (2) não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, em relação ao último exercício económico:

- ☐ Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período de atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato);
- ☐ Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10) e DMR;
- ☐ Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
- ☐ Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA (3).

... (local),... (data),... [assinatura (4)].



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Selecionar as obrigações declarativas fiscais regionais (RAM) a que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 55.º.